PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

SAN ROMANELLI ASSUMPÇÃO

Lourdes Sola é uma pioneira da Ciência Política brasileira em dois sentidos: o de construção institucional da Ciência Política e o de construção substantiva da Ciência Política no Brasil. No primeiro sentido, foi professora ativamente envolvida na consolidação do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e presidente da *International Political Science Association* (IPSA), entre outras funções institucionais de relevo e importância nacional e internacional. No segundo sentido, foi umas das pesquisadoras que abriu e consolidou o campo da Economia Política na universidade brasileira e na IPSA, na qual fundou e presidiu o Comité de Pesquisa em Economia Política Internacional (*Research Committee 51*).

Suas principais áreas de pesquisa são: democratização e processos globais de transformação política e econômica; construção política da ordem financeira e monetária em jovens democracias; crise financeira global e o papel das democracias emergentes na reconfiguração da ordem global.

O reconhecimento por seu trabalho a fez membro eleito da Academia Brasileira de Ciências e lhe concedeu a comenda da Ordem do Mérito Científico.

Auto - Apresentação

LOURDES SOLA

Sou graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1961), mestre em Sociologia Econômica (USP 1966), e em Economia Política pela ESCOLATINA (Escola para Graduados em Economia, da Universidade do Chile (1969-1973)),Phd em Ciência Politica (Universidade de Oxford 1982), e pós-doc no Instituto Kellog de Estudos Internacionais, Universidade de Notre DAme, (1090), e no Centro Latino Americano da Universidade de Oxford (1990-1). Sou livre-docente pela Universidade de São Paulo (1992).

Entre as credenciais acadêmicas posteriores destaco as que seguem. Titular da Cátedra Rio Branco de Estudos Brasileiros, na Universidade da California (Berkeley- 2000);. Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política; Presidente da International Political Science Association (IPSA, 2006 – 2009). Nessa condicão, fui responsável pela institucionalização da " Summer School in Concepts and Methods in Political Science", no Brasil, sob a égide da IPSA em parceria com o Departamento de Ciência Política da USP e do Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP). Como parte de atividades desenvolvidas no âmbito da IPSA, fundei e coordenei o Comité de Pesquisa em Economia Política Internacional da IPSA (Research Committee 51) ao lado de Laurence Whitehead (Nuffield College, Oxford) do qual participo como membro ativo. Cumpre destacar que os Reserach Committees constituem a espinha dorsal intelectual da IPSA, tem caráter permanente, global, sujeitos a avaliação periódica pelas autoridades relevantes.

Participei dos seguintes conselhos: internacionais: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, (IDEA- 2009-2014), Estocolmo; Global Development Network, GDN, Nova Delhi, 2008-2014; International Council of Social Sciences, (UNESCO) , Paris, 2009-2010. Foi editora associada da Revista de Economia Política (Brazilian Journal of Political Economy), do Journal of Democracy, em espanhol e da European Review of International Studies. (ERIS)

Sou membro eleito da Academia Brasileira de Ciências (2001). Como pesquisadora senior do Departamento de Ciência Política (USP) e do Núcleo de Políticas Públicas da USP, coordeno um projeto de pesquisa com foco nas políticas econômica e de meio ambiente, no Brasil em resposta às conjunturas críticas internacionais e domésticas, no século 21..

Entre as atividades públicas das quais me orgulho, destaco as seguintes:

Fui membro do Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo (1983-86), responsável pela criação da primeira Delegacia da Mulher no País. Fui membro da primeira Comissão de Ética da Presidência da República (1999-2002), responsável pela redação do Código de Ética da Administração Pública, vigente até hoje; participei da Direção do Programa de Capacitação Solidária, da Comunidade Solidária, fundada por Ruth Cardoso. Atualmente sou membro dos seguintes conselhos científicos: Comité Cientifico da "Innovation and Science Diplomacy School", (IRI-USP/FAPESP); "Search Committee - integrado pelos ex-presidentes da IPSA.

Entrevista

San Romanelli Assumpção: *Bom dia. Estou com a Professora Doutora Lourdes Sola em uma entrevista para o projeto da ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política] "Mulheres na Ciência Política". A professora gostaria de começar com uma declaração?*

Lourdes Sola: Na verdade, há dois aspectos que me pareceram relevantes para quem vai fazer a análise. Um é o fato de as perguntas estarem concentradas na carreira profissional da Ciência Política e muito pouco voltadas para o papel de cientistas políticas na esfera pública. Homens e mulheres na área têm desenvolvido algum papel nesse espaço. E também vou acrescentar no setor privado, porque há cientistas políticos que se tornaram consultores ou fazem pesquisa de opinião pública em institutos de pesquisa. Brasília e São Paulo despontam, o Rio de Janeiro também. Há dimensões da carreira que gostaria de ver incluídas também: as instituições públicas. Sugestão para ampliar as suas perguntas**.**

SRA: *Podemos conversar redefinindo.*

LS: Na minha carreira vou falar sobre isso, porque é importante como ponto de virada pessoal. A segunda questão é que, paradoxalmente, entre os formuladores das perguntas dessa entrevista não há ninguém da USP [Universidade de São Paulo], ninguém que a represente, afinal de contas, é um dos departamentos melhor avaliados e, portanto, provedor de analistas, de cientistas, de pessoas que possuem posições na esfera pública. Gostaria de introduzir essas sugestões. Por onde você gostaria de começar? Pela descrição objetiva da carreira?

SRA: *Por onde você achar que a narrativa fica melhor, mas a ideia era começar pela sua formação, pela Ciência Política, e pela opção da conversa com a Economia.*

LS: Está bem. Por onde comecei é muito importante, pois entrei para a esfera de pesquisa muito cedo. Fiz Ciências Sociais, o curso era esse. A Ciência Política, na verdade, era uma terceira área, além de Sociologia e de Antropologia, dentro de Ciências Sociais, além também de Economia e Estatística – à época, eram três anos precedidos de um curso introdutório de um ano chamado "complementos de matemática". Depois tiraram esse e introduziram história. Sempre adorei Antropologia e, facilmente, iria para a Antropologia física, porque fiquei fascinada com a teoria da evolução, mas assisti ao curso de genética na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e não entendi nada, obviamente! Era uma atividade do quarto ano e eu estava entusiasmada no primeiro. De qualquer maneira, possuía notas altas para ir para Antropologia. Fiz especializações – que eram no terceiro e quarto anos – na Sociologia Econômica e na Ciência Política. Estava muito entusiasmada, exatamente, com cursos de Ciência Política, de teoria, bem como os de instituições brasileiras, organizados por Lourival Gomes Machado, o pai fundador do atual departamento. Ao mesmo tempo, ele era um crítico de arte importante, artes plásticas, e fazia parte do grupo conhecido como "Clima", por conta da revista com esse nome, integrado por Antonio Candido (literatura), Paulo Emílio Salles Gomes (cinema), Decio Almeida Prado (teatro). No caso, não houve convívio direto com o grupo, mas com Antonio Candido e com Lourival apenas, pois éramos, por assim dizer, uma terceira geração. Antonio Candido foi nosso professor de Sociologia e já estava em vias de se dedicar inteiramente à literatura e deixar Ciências Sociais. Professor Lourival nos levou para ver um par de bienais. Esta dimensão, de convívio mais próximo com os professores e de cultivo da literatura e das

artes plásticas, vejo como uma benção na minha formação. De início, me integrei à área de Sociologia I, o catedrático era Florestan Fernandes, pois foi onde surgiu a oportunidade de emprego: estava no terceiro ano quando o jovem Fernando Henrique Cardoso teve o apoio do catedrático Florestan para criar um Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho [Cesit]. Aceitei o convite feito por Fernando Henrique e lembro que era a única mulher de um grupo de seis ou sete, e também a mais jovem. O Leôncio Martins Rodrigues, mais velho, era um deles. Logo depois, recebi outra oferta, da área de Ciência Política, pelo professor Lourival, mas logo em seguida ele foi para Paris como diretor da Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]. A partir do terceiro ano da graduação, comecei as pesquisas na área de Sociologia Industrial e do Trabalho. A literatura americana nessa área era mais rica do que a francesa e a alemã – pelo menos a meu ver. Lia das duas fontes, em parte porque Florestan conhecia muito bem a Sociologia americana e abriu caminhos novos para mim. Tínhamos um embasamento justamente nesta área, porque o Florestan, além do curso da USP, tinha cursado a "Escola Livre de Sociologia e Política", hoje uma Fundação com curso de pós-graduação em Ciências Sociais. Essa Escola foi muito importante para as gerações anteriores à minha, porque, a partir de 1939 até 1952, ela se beneficiou da presença e do empenho do sociólogo norte-americano Donald Pierson: com os recursos de fundações americanas, como a Smithsonian Institution, conseguiu montar uma biblioteca – um acervo e tanto –, a concessão de bolsas de estudo e o financiamento de projetos de pesquisa. Enfim, ampliou o corpo de professores e pesquisadores e abriu novas possibilidades de carreira acadêmica alternativas à da USP. Voltando às minhas pesquisas no Cesit, fiquei fascinada com a literatura americana, alguns estudos empíricos sobre mulheres nos Estados Unidos. Parte dela centrada na ideia de que as mulheres que se profissionalizavam, tanto lá como cá, dispunham de poucos "*role models",* ao contrário dos homens. Essa noção me marcou muito como algo compartilhado com as demais, um *déficit*, mas também uma responsabilidade, pois, começando uma carreira acadêmica, como a maioria das demais colegas, não tínhamos *role models* claros, boa parte era a primeira geração a cursar universidade. Contudo, eu tinha sim, no espaço de referência e, depois, no espaço de convívio, mulheres de gerações diversas que eram modelos para mim. Duas delas bem mais velhas: Alice Canabrava, na História Econômica; e Gioconda Mussolini, na Antropologia. Através de Gioconda descobri que a fundadora da psicanálise em São Paulo também tinha formação de Ciências Sociais via Escola de Sociologia e Política. Um pouco mais nova em relação a estas, também serviu como referência e convívio a Gilda de Mello e Sousa. O curioso é que essa geração de mulheres, todas elas, tinha feito curso de Ciências Sociais e/ou Escola de Sociologia e Política. Mais tarde, na geração seguinte a essa, e anterior a minha, a Ruth Cardoso e a Eunice Durham, ambas na USP, como professoras de Antropologia.

SRA: *Você mencionou sobre a fundadora da psicanálise em São Paulo.*

LS: A primeira, além da Dr.ª Koch, que emigrara da Alemanha – o nome vai me ocorrer... Todas elas fizeram Ciências Sociais ou Escola de Sociologia e Política, menos a Alice Canabrava que, provavelmente, cursou Economia. Diria que essas mulheres fazem parte de uma primeira geração muito sacrificada e muito discriminada na minha visão, mas, sobretudo, eram mulheres fortes. A geração seguinte, mais próxima à minha, foi a que abriu espaço com mais conforto: Ruth Cardoso, Eunice Durham na Antropologia; Maria Sylvia de Carvalho Franco e a Marialice Foracchi na Sociologia. E na área de Ciência Política, Paula Beiguelman. A maioria delas casada, com filhos, se profissionalizou com o apoio de seus respectivos maridos, lecionando nos turnos diurno e noturno. Em nenhuma delas identifiquei um momento de vitimização. Elas estavam enfrentando a dupla jornada de trabalho – que era óbvia. Convivíamos socialmente de forma constante e não me recordo de ter detectado nelas um ar de vitimização, pelo contrário, era o ar de pessoas que estavam desbravando, mas com boa dose de humor e algo de ironia e muita cumplicidade com a gente.

Lembro-me da revolução que presenciei anos depois, quando os homens começaram a compartilhar tarefas do tipo ir buscar crianças na escola, fazer compras para a casa... Os homens estavam sempre mais à vontade para dizer: "Eu vou interromper a reunião, porque vou buscar meu filho na escola". Ponto. Já da parte delas, havia toda uma cultura alheia à vitimização, nenhuma hipótese. Provavelmente, acho, porque isso implicaria o oposto daquilo que se pretendia, ou seja, seria admitir fraqueza. E como conseguir reconhecimento dessa forma? Por isso, creio que era uma atitude genuína, pois elas estavam conquistando um novo papel. Para mim, foram as professoras que ofereciam um *role model*, com apoio dos maridos e do restante das famílias. Profissionalmente, como membro do departamento, eu dava cursos e fazia pesquisa na área de Sociologia Industrial. Em meu primeiro trabalho, estudei a formação da indústria siderúrgica, sobretudo em São Paulo, e as relações entre esse processo e o financiamento estatal. Nesse período, Fernando Henrique nos informou de um projeto a ser financiado pela Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] que estava em vias de oferecer bolsas de estudo. Todo o grupo se beneficiou disso.

SRA: *Você estava no mestrado ou na graduação?*

LS: Terceiro ano da graduação quando entrei para o departamento pela via do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho. Bem menina. Quase fui embora por conta de uma promoção dada pelo Florestan a um colega que, segundo ele, trabalhava menos, mas era homem e ia casar. Fernando Henrique me impediu de fazê-lo ao prometer – e conseguir – a bolsa para complementar o meu salário. Não fosse por ele, eu teria tido outra carreira, teria ido para o grupo de cientistas sociais que trabalhava na Faculdade de Arquitetura, e lá o sociólogo é uma figura complementar. Resolvi permanecer no Centro da Sociologia Industrial. Depois, trabalhei tranquilamente com liberdade total de interpretação e já contratada como professora do departamento quando me formei em 1962. E aconteceu o seguinte: aprontei a tese a partir da pesquisa sobre indústria siderúrgica e financiamento estatal. Cheguei a defender e veio o golpe de 1964. Remontei o curso que iria dar em função da presença dos militares, inquéritos etc.

SRA: *Seu orientador foi o Fernando Henrique?*

LS: Foi o Florestan, mas o Fernando Henrique foi bastante mais presente ao longo de todo o processo, porque era quem coordenava as pesquisas. Neste meio tempo, por indicação do Fernando Henrique, fui convidada para integrar um grupo que estava sendo criado por um sociólogo, [Lucien] Brahms, na Flacso [Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais] do Chile. Ele selecionou um grupo de alunos de Minas, do Rio e de São Paulo indicados como líderes potenciais para fazerem um mestrado no curso que se abria lá. Ia aceitar, mas o Florestan conseguiu uma vaga para eu ser contratada na USP como professora efetiva. Nessa turma, foi todo o grupo mineiro, que incluía o Simon Schwartzman, o Bolívar [Lamounier], a primeira esposa do Simon... O Vilmar e a Regina Faria. Sei que tinha um grupo de mineiros, dois paulistas e a maioria acabou fazendo doutorado nos Estados Unidos.

SRA: *Você era ligada a que grupo político?*

LS: O grupo ligado à Polop [Política Operária]. E fui presa em 1968 durante a greve de 1968, em São Paulo, quando a greve do movimento operário coincidiu com a ocupação da Faculdade de Filosofia, na esteira da morte do estudante Edson Luís, no Rio. Por sorte, o delegado principal do Dops [Departamento de Ordem Política e Social], o famoso Fleury, estava nas festas de Natal e quem me entrevistou, depois de eu passar uma noite entre ratos e baratas, foi outro delegado, que me soltou. Depois, foram me buscar de novo.

SRA: *Em casa ou na universidade?*

LS: Em casa, na universidade, na casa dos meus pais...

SRA: *Por que você entrou na Polop? Como é essa história?*

LS: Anti-stalinismo puro e simples. Entrei porque éramos anti-stalinistas e, provavelmente, parte dos amigos estava lá.

SRA: *E como era a consciência dos riscos?*

LS: Muito baixa. Nenhuma. Na minha geração, houve uma baixíssima consciência do risco. A diferença era muito clara com a geração que tinha vivido o Estado Novo. Brutal. Anos depois, antes de deixar o Brasil, em 1969, fiquei hospedada na casa de alguém que viveu o Estado Novo, mas já aí aprendemos a ter cuidados muito maiores, os deles eram espontâneos, por assim dizer.

SRA: *E ser mulher na universidade e ser mulher na militância era diferente, igual?*

LS: Não sei dizer, porque não disputava poder, estava ali por amor à causa. Não se colocava isso no meu caso; mas sim se colocava em termos de choques com a família: "Mulher não se mete nisso, muito menos em plena ditadura". A ideia de indignação era maior que a consciência do risco.

SRA: *Você disse que era casada na época. Seu marido era da Polop também? Era da universidade?*

LS: Era da universidade. Era filósofo e de esquerda também. Nós dois tínhamos uma militância clara. Criamos, com um grupo de arquitetos, críticos literários e economistas, uma revista que durou três ou quatro números. Mas isso foi quando eu já cursava a pós. Na verdade, comecei quando estava no segundo ano, na campanha da escola pública antes do golpe de 1964, portanto liderada pelo Fernando Henrique Cardoso. Jovem aluna, com um grupo de professores saímos às ruas em defesa da escola pública. Lembro que, naquela época, já havia pessoas querendo privatizar (ou pelo menos entendíamos assim), por isso houve a campanha da escola pública. Foi algo que aconteceu, que ocorreu de modo muito curioso e amplo e, depois do golpe, alguns professores foram apoiar o golpe e nós ficamos do lado de cá. Foi nessa situação que conheci grupos de esquerda, embora o Fernando Henrique e outros já tivessem contato com o Partido Comunista. Em 1969, o exílio. Fui presa, mas demorei a deixar o país, uns três meses depois.

SRA: *Você foi para o exílio em que ano?*

LS: Março de 1969. Eu já estava contratada pela USP, primeiro como membro do Cesit, depois como professora do departamento. Fui presa em dezembro de 1969, lembro bem, 13 dias depois do AI-5, que eliminou o direito a *habeas corpus*. Em março, quando disseram que tinham ido me buscar na universidade e em casa de meus pais pensamos, meu ex-marido e eu: "Agora não tem saída".

SRA: *Quando você foi presa, sentiu algum medo especial por ser mulher ou...*

LS: Claro que o medo é sempre do estupro, de violência sexual. Mas, em fevereiro, quando começaram as torturas, quando foram me buscar e tive a notícia de que foram me buscar, eu e meu ex-marido fomos para o Chile.

SRA: *Seu ex-marido era?*

LS: Ruy Fausto.

SRA: *Vocês foram para o exílio juntos ou separados?*

LS: Juntos. No Chile, tivemos muitíssima sorte – tenho que pensar a minha carreira em termos muito objetivos, especialmente se você tiver feministas que pensam em termos de preto e branco. Não sei se é sorte ou como se chama. Para você ter uma ideia, antes, em 1964-65, Fernando Henrique teve que ir para o exílio – sou da geração de 1968 que sai em 1969 – e nós ocupamos os espaços. Em 1969, o regime apertou, aposentaram algumas pessoas e nós, da outra geração, fomos deixando o país. A universidade ficou com vários buracos que foram preenchidos ao sabor das contingências. Nessa fase, entre 1964 a 1968, há um fato importante que deve ser lembrado: São Paulo era, comparativamente ao Rio de Janeiro, ao Nordeste – sobretudo Pernambuco –, menos exposta à repressão e controle, apesar das Comissões de Inquérito na Universidade. Mas isso durou até o AI-5 em 1968. Nós fomos os primeiros da geração de 1968 a sair do país, nós dois e um rapaz da Geologia da USP, outros da Economia... Mas entre 1964 e 1969, fizemos parte de movimentos políticos dentro da USP, em aliança com colegas do departamento de Física ou da Faculdade de Medicina. Nesse último caso, muitos deixaram o país já em 1964 na esteira de professores da Medicina que foram para fora: fizeram carreiras brilhantes nos Estados Unidos e nunca voltaram. No Chile, quase que imediatamente depois da nossa chegada, veio um convite: tínhamos contato com a família Fiori, do Rio Grande do Sul; o pai, filósofo, tinha sido professor da Universidade de Brasília [UnB] e foi aposentado pelo novo regime e meu marido foi convidado para dar cursos de Filosofia na Universidade Católica do Chile, que era a elite da elite. Para mim, surgiu o convite para me integrar à Flacso, na Sociologia. Fomos integrados e acolhidos de imediato. Foram quatro anos e meio de aula, a dar cursos, fazer pesquisa... Para mim, foi uma coisa muito boa como experiência política e acadêmica. É aí um ponto de virada: entra a minha mudança gradual para Ciência Política conjuntamente à especialização em Economia Política. Nesses quatro anos de Chile, houve a mudança política significativa, com a transição de um governo do Partido Democrata Cristão para um governo claramente socialista de Salvador Allende, que foi eleito com o apoio dos partidos comunista e socialista, ao mesmo tempo em que emergia um novo partido socialista saído da Democracia Cristã, o Mapu. Nós tivemos o privilégio de assistir esse processo e de conviver com várias figuras interessantes. O Ruy convivia na Universidade Católica, e com outros grupos, e eu era membro de uma instituição internacional, a Flacso, e já dava aulas no curso de mestrado. Vários alunos fizeram pós ou mestrado lá: Maria Hermínia Tavares, Sonia Draibe... Neste ínterim, não posso dizer que tive limitações na carreira por ser mulher. Já no primeiro ano no Chile, de 1969 para 1970, convivi muito com os economistas brasileiros da Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe]: Antônio Barros de Castro, Conceição Tavares, José Serra, Aníbal Pinto – chileno que havia trabalhado no BNDES e conhecia o Brasil muito bem e era júnior em relação a Celso Furtado e outros luminares da Cepal. Me lembro que, nesse convívio, me interessava muito por certos temas político-econômicos em parte porque, naquele período, o Chile propiciava uma vivência intensa da complexidade das relações entre política e Economia. Instada por Antônio Barros de Castro, fiz um segundo mestrado em Economia – Escolatina, Escola para Graduados em Economia – que, na época, era o mais prestigiado e estava em transição. Alguns economistas tinham formação em Chicago, outros da Cepal e, nos últimos anos, muitos novos professores recém-chegados, mais à esquerda. Acho que fui privilegiada, também, em outro sentido: o convívio com essas pessoas me permitiu aprender sobre Economia brasileira, desde o exílio, de uma perspectiva que era tanto a da Cepal quanto a do "*mainstream*" em Economia. No caso dos brasileiros, como eram da Cepal e não estavam exilados, graças a eles tínhamos um acompanhamento regular das mudanças de conjuntura e dos debates no Brasil. Fui forjando uma ideia de Brasil – apesar da ausência – que poucas pessoas possuíam. Minha condição de *anfíbia* foi uma vantagem. A outra vantagem foi,

obviamente, porque participávamos das manifestações na época do Allende, que foi outra grande experiência, pois se tratava de um país com democracia vigorosa e relativamente consolidada. A cabeça do chileno era muito diferente da nossa. Podiam ser radicais, mas mesmo o membro mais radical de esquerda, tinha a tradição de debater qualquer tópico que fosse com vistas a persuadir. Anos de democracia, de contestação e de debate têm impacto sobre a qualidade dos quadros políticos, mesmo os mais radicais. Aprendi com essa experiência. Depois veio outro tipo de experiência: à medida que o quadro foi se deteriorando, assistimos aos conflitos, as pressões da direita, a greve dos "camioneros", duas delas muito importantes. Lembro que em janeiro de 1973 – o golpe foi em setembro –, quando a aliança socialista ganhou as eleições municipais, constatamos que a direita não teria alternativa senão o golpe. O governo começou a degringolar economicamente e o grau de contestação pela direita, e também por setores de esquerda, foi radicalizando. A marca mais indelével na minha memória é o processo de erosão do centro e a hostilidade aos estrangeiros no país mais acolhedor de estrangeiros da América Latina até então. Eu já estava pensando em fazer doutoramento na Europa, provavelmente na Inglaterra, quando invadiram a minha casa, uns 15 ou 20 dias depois do bombardeio da Moneda, a casa Presidencial, e da morte de Allende. Não creio que a casa tenha sido invadida por eu ser mulher, mas por ser estrangeira. A rádio solicitava aos chilenos "denunciar os estrangeiros" e foi o que os vizinhos fizeram com o argumento de que eu "recebia muitos brasileiros em casa". Mas mesmo nesse caso, houve alguns episódios engraçados. Por exemplo, o oficial que invadiu minha casa, treinado no Panamá via Estados Unidos, depois de nos entrevistar – havia um casal de brasileiros hospedados em casa, o Eduardo Kugelmas e a então esposa, uma venezuelana – declarou, filosoficamente, que se ele vivesse fora do Chile receberia chilenos, que era natural.

SRA: *Você morava sozinha?*

LS: Sim, Ruy e eu nos separamos muito amigavelmente. Mas tinha a empregada que era chilena e testemunhou a favor. A bem da verdade, a minha sorte é que eu já tinha uma passagem comprada para a Inglaterra. Eu já pensava em fazer um doutoramento, mas não sabia se em Economia ou Política e queria algo na tradição de Economia Política. Nesse meio tempo, tive um convite e uma passagem paga para a Inglaterra para participar de uma reunião de todos os centros latino-americanos da Europa, iria como representante da Flacso. O convite ocorreu um mês antes do golpe. Depois, invadiram a minha casa, eu tinha pessoas brasileiras lá, mas não teve problema. Eu morava em frente à Escola Militar.

SRA: *Exilados brasileiros?*

LS: Também. Depois, fui colocando um a um em embaixadas. Passei esse período fantasiada de "grã-fina", porque tinha carro e passaporte brasileiro. Fui levando as pessoas nas embaixadas que já estavam contatadas e abririam as portas. Uma das embaixadas foi a da Venezuela, a outra a da Suécia. Claro que eu corria riscos, mas o que fazer? Não dava tempo de pensar, eu só levantava pela manhã, me vestia com a elegância possível, ia até a Cepal... E também havia vários filhos de amigos brasileiros que tinham de ser protegidos. Não dava tempo de pensar muito. Depois do golpe, pude ir para a Inglaterra. Saí do Chile em um dos primeiros aviões, passei quatro dias na França e fui direto para a reunião na Inglaterra. Mais tarde, me candidatei ao Departamento de Economia e Política de Cambridge e lá o Celso Furtado, a quem havia encontrado na França no ano anterior, se tornou meu orientador. Ele me deu um conselho importante, bem pluralista: fazer um curso de teoria monetária – que, à época, era visto por economistas de esquerda como algo extremamente conservador –, "porque nós, da Cepal", disse ele, "não entendemos de teoria monetária e isso é importante; comece por ler o 'Radcliff Report', um texto do governo que redefiniu os termos do debate da teoria

monetária". Percebo que tenho de contextualizar melhor para os não iniciados: no Brasil, era o auge da instrumentalização da correção monetária e os jornais internacionais tinham uma visão equivocada, porque extremamente superficial, do milagre brasileiro. Foi um curso difícil. Convivi com o Celso também como amigo; o autor de "Quarup" estava lá, Antônio Calado, passando uma temporada de seis meses. Também convivi com Helga Hoffman, amiga até hoje, com Winston Fritz, Marcelo Abreu... Em Cambridge, apresentei um trabalho sobre correção monetária no Brasil, desmistificando a interpretação corrente no debate internacional, e alguém me pediu que apresentasse em Oxford. Foi lá, em 1974, que decidi fazer doutoramento em Ciência Política com um pé na Economia. Tive sorte de ter dois supervisores: o de Política era Laurence Whitehead e o de Economia era a Rosemary Thorp, ambos ligados à América Latina, mas não ao Brasil. Estudavam México e os países andinos e, claro, sempre Chile. A minha tese foi a primeira sobre Brasil em Oxford, na nossa área, e a segunda em termos de América Latina. Mas, antes disso, voltei ao Brasil para fazer a pesquisa que serviu de base à tese em 1978 e a apresentei em 1982. Vim para o Brasil e precisava trabalhar para sobreviver enquanto pesquisava para redigir a tese. Aceitei dar aula sobre Economia Política na PUC [Pontifícia Universidade Católica] de São Paulo e, depois, na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]. Depois de defendida a tese em Oxford em 1982, voltei para o Brasil e passei a participar regularmente da Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais], assumindo a coordenação do GT [Grupo de Trabalho] de Política e Economia por sugestão do José Luís Fiori. Coordenei o grupo um bom período e continuei a participar da Anpocs por mais de 14 anos – só deixei de participar quando deixei a presidência da ABCP, portanto, mais de 14 ou 16 anos. Em fins dos anos de 1980, logo depois de formado o Instituto de Estudos Avançados [IEA] na USP, fui convidada para criar um Grupo de Economia e Política com vários economistas, sociólogos e cientistas políticos, também da USP: Paul Singer, Guilherme da Silva Dias, alguns alunos de pós, Amauri Bauer e Leda Paulani, Brasilio Sallum Jr., Eduardo Kugelmas. A partir daí, ainda na Unicamp, fui lembrada por um funcionário da USP que eu podia entrar com um processo para ser reconduzida à Universidade, porque, em termos legais da Constituição Militar, eu havia trabalhado na USP por cinco anos antes de sair e, portanto, era efetiva, não poderia ter sido desligada quando saí do país. Assim, em fins de 1980, voltei para a USP e a escolha era ir para a Sociologia ou para a Política, que era um departamento recém-estabelecido. A tese de Oxford era de Ciência Política e o [Francisco] Weffort foi me puxando para a Ciência Política, mas poderia ter voltado para o departamento de Sociologia a convite de Eva Blay, que era chefe de departamento à época. Enfim, foi uma experiência que marcou bastante, mas não atribuo as dificuldades à minha condição de mulher. É porque você volta equipada, mas, de alguma forma, a vida continuou sem você por aqui e é você quem tem de se ajustar às novas circunstâncias, a uma nova dinâmica micropolítica. Conheço vários colegas homens de outras áreas, não necessariamente exilados, mas que tiveram dificuldade em se ajustar.

SRA: *Você não sentiu, em algum momento, que ser uma ameaça feminina era mais problemático do que se fosse um homem?*

LS: Claro que sim! Mas aí entra uma questão muito clara para mim, que é a dificuldade de se ajustar, aí o problema é nosso. Sem querer, porque não temos tantos *role-models*, ou por medo, cooperamos com quem discrimina. Minha pergunta sempre é: qual é a minha parte, o que fiz ou o que faço para colaborar? Você briga menos ou trabalha mais e não sabe cobrar. Ou, simplesmente, não foi preparada para competir, porque você acha que, por ser o seu país, por falar a mesma língua, você conhece aquele universo. Mas, para mim, era novo. Não era o do Florestan, não era do Fernando Henrique... Nós temos a nossa parte. Na minha geração, pelo menos, não fomos educadas para chegar e disputar de maneira mais agressiva, eu não. Por exemplo, demorei a desconfiar que houvesse algo na demora em validar meu diploma de Oxford. Perguntava na Seção de Pessoal e

nada por seis meses. A pessoa encarregada da avaliação, o Weffort, como parecerista, havia autorizado assim que recebeu a tese ou uma semana depois, mas nada de aparecer o processo. A tese e o parecer não apareciam. Com isso, eu ganhava metade do que poderia – e isso por seis meses. Fui para a Seção de Pessoal e não encontravam, já diziam que podia ter se perdido até que, em um momento, resolvi ajudar a procurar. Forcei a porta para entrar e ajudar. Achei em menos de 10 minutos, se tanto! Estava em um envelope em uma prateleira logo à frente. A moça que estava cuidando disso ficou vexadíssima e foi obrigada a levar o processo adiante. Um "jabuti," com certeza, mas acho que um homem em meu lugar não teria esperado tanto, não teria tido a paciência de esperar. Quem foi? Não sei. Pode ter sido um homem, pode ter sido uma mulher...

SRA: *E você acha que pode ter sido intencional?*

LS: Ordem de alguém interessado em atrasar a minha carreira, na USP, de olho na própria. Pode ter sido uma mulher, por que não? Isso teve um lado negativo, mas também um positivo. Dois aspectos. Primeiro, de tanto ir à reitoria para saber da minha situação funcional, descobri, através de um funcionário, que eu tinha direito a duas licenças-prêmio já antes de sair do país e que podia optar entre férias por seis meses ou remuneração equivalente. Escolhi a remuneração, pois não tinha liquidado ainda a minha fatura com Oxford. Segundo aspecto: abriu-se espaço para que reconhecessem os anos de exílio como anos trabalhados, o que me beneficiou para fins de aposentadoria, anos acumulados incluíam os 12 do exílio. Outros colegas em situação análoga à minha foram reintegrados.

SRA: *Ele [o funcionário] era uma pessoa da burocracia?*

LS: Da alta burocracia. Tomou a decisão invocando o mesmo princípio, ou seja, pela Constituição dos militares eu já era efetiva, portanto, já deveria ter me beneficiado bem antes. Além disso, ao considerar como válidos os anos de exílio para fins de aposentadoria, quando me aposentei, já tinha 37 anos acumulados. Lembre-se que eu era bem menina, estava no terceiro ano da graduação quando comecei.

SRA: *E cargos de chefia no departamento?*

LS: Na chefia, fui a primeira mulher. Ali sim houve casos mais complicados, não omito isso. E comecei a entender que se relacionar com outras mulheres também seria complicado.

SRA: *Entendo. Somos mulher com mulher e mulher com homem. Não deixamos de ser mulher em nenhuma das relações.*

LS: Aprendi com meu pai. Brinco até hoje que pai de filha mulher, desde que seja um bom caráter, é um feminista nato, porque, para te proteger, ele percebe que estão te explorando e te avisa.

SRA: *Sempre digo que ser um homem com filha é uma experiência ética relevante.*

LS: Não sei se é ética. Brota, vem da barriga, não vem da cabeça. Você trabalha muito mais que o seu marido, mas ganha igual valor, ou menos. A noção da dupla jornada, um pai consciente sabe muito bem. Isso eu assisti várias vezes.

SRA: *Você tem irmãos ou irmãs?*

LS: Não, sou filha única. Não dá para generalizar, pois há homens e homens. Quando entra "a minha carreira" ou "a da minha mulher" que ele quer proteger, aí você pode ser discriminada. Devo dizer que tive mais problemas com mulheres do que com homens no meu trabalho.

SRA: *Você chegou à chefia departamental em que ano?*

LS: Agora você me pegou! Acho que entre 1995 e 1996. Mas, de qualquer maneira, cheguei à chefia.

SRA: *Então foi na segunda metade dos anos de 1990 que teve a primeira chefe de departamento mulher no DCP [departamento de Ciência Política] da USP?*

LS: Exatamente. Depois, quem me sucedeu foi a Maria Hermínia e não teve problema. A partir daí, em função do meu interesse por Economia, eu era muito solicitada por entidades. Tínhamos trabalhado para reativar a ABCP – e aí vem a minha visão da ótica paulista. Eu tinha participado de vários congressos mundiais da Ipsa [*International Political Science Association*] de 1985, 1986, desde o Congresso em Washington, mas não convidada pelos representantes brasileiros e sim por um grupo de suecos, belgas e argentinos para participar de painéis. Ou seja, a representação da Associação Brasileira era feita pelos cariocas e mineiros. Em um congresso, nós fizemos uma certa pressão junto aos dois representantes que o Brasil tinha na Ipsa – veja bem, estavam lá como representantes da ABCP que estava desativada. Esses dois lugares, na verdade, tinham sido garantidos desde a gestão do Candido Mendes como Presidente.

SRA: *O Candido Mendes?*

LS: Isso. Depois, em 1991, também fomos convidados para participar do Congresso de Buenos Aires e por quem? [Guillermo] O'Donnell, que estava trabalhando na USP, era presidente. Resolvemos, Maria Hermínia, eu, Teca [Maria Tereza Sadek] e [José] Álvaro Moisés, pressionar nossos representantes na Ipsa para recriar a ABCP. Lembro que a pressão mais efetiva ocorreu alguns anos depois, no Congresso da Ipsa em Berlim, em 1994. Isso ocorreu depois do Congresso de Buenos Aires, quando o O'Donnell ofereceu dois painéis para eu organizar e dois painéis para a Maria Hermínia organizar, ou seja, abriu espaço para a USP, porque não éramos convidados antes. Nós pressionamos e chegamos ao seguinte acordo: faríamos uma reunião, no Brasil, para reativar a ABCP, porque ela havia sido recriada em 1986, mas permanecera "dormente". Foi quando fizemos essa pressão e um acordo com o [Renato] Boschi e mais alguém. Talvez a Elisa Reis. O Renato sempre foi uma figura ótima desse ponto de vista.

SRA: *Isso é na segunda metade dos anos 1990?*

LS: Em 1994, acho. É só confirmar qual foi a data do congresso da Ipsa em Berlim. Lembro que o Fernando Henrique era candidato àquela altura, porque a taxa de câmbio dólar/real estava caindo. Nesse período, eu já participava, desde 1986, de um dos grupos de pesquisa, o *Research Committee* [RC] 13, sobre "Democracia e Democratizações". Os RCs são a espinha dorsal intelectual da Ipsa. Esqueci de um parêntese importante: enfatizar o quanto foi importante a minha militância na Anpocs, mas nisso já volto. Esse convívio em bases nacionais foi algo importante do ponto de vista da minha reinserção no país. Isso do ponto de vista subjetivo. Do ponto de vista mais objetivo, considero a Anpocs um dos feitos mais importantes da nossa comunidade e muitos anos depois escrevi sobre isso, está no livro "Porque Somos Assim?", publicado há apenas dois anos e editado pelo então senador Cristovam Buarque e Zander Navarro. Voltando à reativação da ABCP, decidiu-se por uma reunião que ocorreu, de fato, na USP. Lembro que o Olavo Brasil – um colega e tanto, gostava bastante dele – e o Wanderley [Guilherme dos Santos] participaram ativamente. O Candido

Mendes foi. A essa altura, os seniores da USP já estavam na esfera pública, como o Fernando Henrique, o Weffort no Ministério da Cultura, também o Vilmar Faria em uma função de assessoria para políticas sociais e Simon Schwartzman no IBGE. Antes disso foi assim: o Wanderley me ligou para propor que eu me candidatasse à presidência da ABCP; ele me apoiaria desde que a secretaria executiva ficasse no Rio. Respondi que precisava consultar antes de dar uma resposta e acabamos ativando a ABCP. Na secretaria executiva, ficou o Renato Lessa. O Fabiano Santos era secretário adjunto. Estou tentando lembrar o resto da diretoria: Marcos André Melo, Céli [Pinto]... Não lembro quem de Minas. Enfim, funcionou muito bem. Mas quando chega o final do mandato, dois anos depois, lembro que alguém me ligou para sugerir reeleição, que era permitida pelo regimento.

SRA: *E o secretário executivo permaneceu?*

LS: Permaneceu o Lessa, como vice, mas o Fabiano depois saiu não sei bem por quê. Aceitei a reeleição, mas houve um questionamento que foi resolvido com votos. Se foi por eu ser mulher ou não, não sei te dizer. O Wanderley foi quem me apoiou na primeira eleição e, mais tarde, foi contra a reeleição. Mas tudo bem, tivemos o apoio do Fabiano.

SRA: *O próprio Wanderley Guilherme?*

LS: Isso. O próprio Wanderley que me convidou é o Wanderley que muda. Atribuo à dinâmica carioca, uma briga interna... Nesse intervalo, tive um câncer muito sério e tive muita solidariedade do Lessa. No hospital, recebia flores, especialmente do Fabiano. Lembro que depois, na ABCP, também se recriou o mesmo tipo de GT que tínhamos na Anpocs: Política e Economia. Funcionou magnificamente em termos de convívio. Fica muito difícil dizer "ah, homem ou mulher", porque há formas de solidariedade que transcendem quaisquer diferenças. Veja o exemplo da Ipsa: tive toda a solidariedade dos representantes homens e mulheres também. Antes de eu chegar à Ipsa como membro do Comitê Executivo, o Brasil já havia conquistado dois lugares no Conselho Integrado pelas Associações Nacionais. Me lembro bem, era presidente da ABCP e, como candidata, fui eleita para o Comitê Executivo. Trabalhei bastante nessa condição por seis anos e fui eleita para a Presidência no último. O presidente era um coreano nos primeiros três anos, Dal Chong Kim. Depois veio Max Kaase pela Alemanha. Na verdade, uma das tradições da Ipsa era alternar os presidentes: um de algum país da Europa, um dos Estados Unidos e um de um país de uma terceira região. Quando entrei para o Comitê Executivo, o primeiro vice era o representante alemão Max Kaase – em geral, eram quatro vices. O Renato Boschi tinha sido vice na gestão anterior, que foi caracterizada por muita tensão por ter dois candidatos para a presidência. À época, a proporção de mulheres na Ipsa era muito baixa, de 20%, e pouquíssimas participavam como coordenadoras de painéis, menos ainda como coordenadoras dos Comitês de Pesquisa e ainda menos como vice-presidentes. Na verdade, quem me convidou para a primeira vice-presidência depois dos três anos iniciais como membro do Comitê Executivo foi o Max Kaase, da Alemanha. Apenas um primeiro passo, segundo ele, pois isso não era garantia de nada, porque não havia nada no regimento interno que impedisse qualquer outro de se candidatar no futuro. Veja, o Max me ensinou algumas coisas a respeito das mulheres, corrigiu-me várias vezes, pois, para ele, as mulheres fazem mal em sempre falar em tom apologético. "*Just don't*". Estou lhe contando isso menos por falar da minha experiência e mais para refletir o contraste entre a nossa atitude como mulher diante da hipótese de romper o "teto de vidro". Eu não esperava sequer ser indicada para primeira vice, mas quando eleita três anos depois em Fukuoka, no Japão, o ex-presidente coreano me contou: "Nós vimos, há seis anos, que você era a possível candidata a presidente com a vantagem de ser latino-americana". "Nós quem?", perguntei. Eram homens também: os representantes da Coreia, da Alemanha e os dois da Itália. O alemão era o Max Kaase, um italiano era o Leonardo Morlino, o coreano era o Dalchoong Kim e havia um

americano também, o Ted Lowi. Ou seja, o pensamento deles era de que tinha que mudar a instituição e abrir espaço para as mulheres, fui a segunda em 50 anos. Nós conseguimos mudar mesmo. O Leonardo Morlino veio depois e, em seguida, a Helen Milner, sempre estabelecendo políticas ativas nesse sentido.

2ª parte da entrevista

SRA: *Dando continuidade à entrevista com a professora Lourdes Sola.*

LS: Eu já estava na ABCP e, já aposentada, fui nomeada para a cátedra Rio Branco, em Berkeley, onde passei seis meses. Na volta, meados de 2000, fui convidada para fazer consultoria política na Tendências Consultoria Integrada, sediada em São Paulo, a convite de Maílson [da Nóbrega], de quem me tornara amiga, e a partir de então convivi regularmente com ele, com Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, Nathan Blanche e o José Marcio Camargo, da PUC-Rio. Eu estava fazendo pesquisa sobre o Banco Central e esse convívio foi de grande proveito: reforçou a orientação anterior de repensar alguns temas tipicamente "econômicos" a partir da Ciência Política como, por exemplo, as pesquisas sobre Bancos Centrais. Aprendi muito sobre a "cabeça" dos que trabalham no, ou para o, mercado financeiro, e também o que entendem por "política". Quando fui para a Ipsa, eu já estava com um pé na Tendências e atraí algumas pessoas que faziam doutoramento comigo. Portanto, continuei orientando na USP, no Comitê Executivo da Ipsa e fazendo consultoria em tempo parcial. Na virada de 2002 para 2003, no primeiro ano do governo Lula, me lembro bem, me pediram para integrar a Consultoria MB Associados, em que trabalhei até 2011 e agora, ocasionalmente, continuo como consultora externa. Acho que pude abrir caminho para muitas pessoas, porque houve uma expansão significativa da demanda por cientistas políticos no setor privado. Houve um salto dramático, desde o momento em que comecei a atuar e tenho certo orgulho disso. O atual diretor da Eurásia para a América Latina, Christopher Garman, começou a trabalhar nessa área, a meu convite, na Tendências e fez uma bela carreira. Ele tinha uma formação muito sólida, teórica e empírica também, porque fez a graduação em San Diego, Universidade da Califórnia, e como pós-graduado veio complementar a pesquisa para fazer doutoramento. Hoje em dia, é possível encontrar nossos alunos em debates ou atividades do setor privado: o que me diverte muito, porque vemos como as pessoas, diante dos desafios que a profissão lhes impõe, passam a refletir sobre temas que são residuais apenas para a Ciência Política, tal como se faz no Brasil. Acho interessante que surja esse campo enorme e não deixa de ser sintomático que nessa esfera há sim poucas mulheres. Em consultoria de Economia, composta fundamentalmente por economistas, você pode detectar alguma presença de outros estados, mas a maioria vem do Rio ou é de São Paulo. Tem-se a impressão de que, na área de mercado financeiro, a maioria é carioca ou paulista. E, na área de setor produtivo, a maioria é paulista ou radicada aqui por gerações. Agronegócio é outra coisa.

SRA: *Ia perguntar se você via diferença entre setor privado e público com relação à presença feminina.*

LS: Essas instituições privadas são, ou eram, bem mais machistas do que as do setor público ou acadêmico. Foram mudando, nos últimos 20 anos têm outra cara, refiro-me mais as do mercado financeiro, bancos. Mas há as *fintech* e com essas não convivi. A verdade é que é um mundo muito conservador disfarçado de modernidade, porque a modernidade é meramente instrumental. Acho graça porque os analistas tendem a focar no agronegócio, mas Bolsonaro teve enorme apoio do mercado financeiro, menos por conta de identificação e mais por rejeição ao PT. Enfim, vejo pouca

mulher na área de consultoria política para o setor privado; o que sei é que os colegas que juntam Economia e política são poucos mesmo e são, na maioria, homens. As chances para mulheres e homens se formarem como bons analistas de conjuntura são prejudicadas por dois *déficits*: faltam cursos e os profissionais da nossa área não estão orientados para incorporar a Economia ou pensá-la da ótica da política. É necessária certa audácia para fazer isso.

SRA: *Na sua avaliação do campo disciplinar da Ciência Política, hoje ela está com dificuldade de incorporar...*

LS: De incorporar não, de formar as pessoas nessa área anfíbia. Diria que há, no Iesp [Instituto de Estudos Sociais e Políticos], pessoas que se dedicavam um pouco mais a isso, que são a Eli [Diniz] e o Renato [Boschi], mas não sei qual é o poder que eles têm de formar, por isso não quero generalizar. Há, por exemplo, a Maria Antonieta Leopoldi, colega durante o período em Oxford.

SRA: *Agora tem, no Iesp, o Luís Fernando de Paula, da Economia, do qual não conheço muito o trabalho. Ele se tornou membro permanente do corpo docente de lá desde o final do ano passado.*

LS: Já estive com ele. Estávamos na mesma consultoria e gostei bastante. Ele utiliza algumas fontes teóricas que valorizo, mas percebi que, no fundo, as categorias são da Economia. Considero que somos transdisciplinares e não interdisciplinares. Quando digo trans – sempre brinco com isso em conferências e o pessoal ri – quero dizer o seguinte: na minha tradição, que é a do [Albert] Hirschman, o ideal é ter uma solidíssima formação na tua área, aí sim você pode se dar ao luxo de transpor e ultrapassar a fronteira, mas a partir de uma solidez teórica e empírica adquirida no seu campo específico. Foi o que o Hirschman fez: ele inovou conceitualmente no plano filosófico e no plano das ideias políticas sem deixar de ser economista. Verdade que é da velha guarda. Ele tem um livro, que considero essencial, que se chama *Trespassing from economics to politics and beyond*. Foi nesse espírito que tratei – na verdade tratamos, eu com meus dois coautores, Christopher Garman e Moisés Marques – de abordar a questão do banco central como uma modalidade de autoridade política. Também publiquei com Laurence Whitehead o livro *Statecrafting Monetary Authority. Democracy and Financial Order in Brazil* (*Center for Brazilian Studies*, Oxford). Acho profundamente provinciana esta postura de não preparar os alunos para cultivar alguma forma de transdisciplinaridade. Me convidaram para participar dos cem anos da Academia Brasileira de Ciências, da qual sou membro eleito desde 2002, em uma homenagem que a Fapesp fez e me pediram para contribuir. O que eles pediam como ponto de partida para a reflexão era: por onde avançar e como? Por conta disso, fui estudar mais todos os nossos colegas americanos que fazem "*Political Economy*" há tempo e são consagrados. Há muitos, depois entendi por quê. Na verdade, cada país tem sua tradição, de maneira que o termo Economia Política possui conotações muito distintas conforme o país. Tanto na França como aqui, ela se tornou monopólio de economista. Já na Ciência Política americana, a Economia Política evoluiu a partir da Ciência Política. É outra linha? Sim, mas depois, ao contextualizar, percebi que os pais fundadores se viram obrigados a pesquisar certos temas para responder aos desafios do governo do país deles e, portanto, ter acesso aos recursos relevantes. Esse era o momento em que os Estados Unidos eram *hegemon*, no pós-guerra. E o fato de ser *hegemon* significa que o problema estratégico de ser líder mundial coloca em primeiro plano as questões de segurança e de Economia política. Tenho a impressão de que eles eram solicitados a ser financiados por X, Y e Z e dependem muito mais de financiamentos, além de haver muito mais instituições, obviamente. A dificuldade de formar cientistas políticos orientados para análises de Economia política é problema para a nossa Ciência Política é que ela não saiu da... Como vou chamar...

SRA: *Ela ainda não levantou voo.*

LS: Nem isso!

SRA: *Acho que talvez falte uma pergunta. Você falou da condição de mulher nas múltiplas atividades, mas talvez tenha faltado o fecho de como você avalia a situação de gênero hoje e, em particular, com você pensa as demandas relacionas a gênero no mundo do trabalho, como cotas e ações afirmativas. Como você avalia a situação de gênero no mercado de trabalho e no meio acadêmico?*

LS: Acho muito irregular. Hoje, se considerar o mercado de trabalho mais amplo, nas áreas que eram duríssimas, como medicina, engenharia, física ou mesmo Economia, houve algum avanço. Lembro das duas primeiras mulheres, que eram 10 anos mais velhas do que eu, da Economia da USP, e elas eram as únicas mulheres de uma geração que produziu muitos quadros masculinos do alto escalão dos governos. Aí sim, o teto de vidro funcionou e funciona. Curiosamente, houve um salto: há muitas mulheres na Economia, talvez a maioria. Já na medicina, conversando com meus amigos professores de medicina e médicos, a maioria de seu corpo discente é de mulheres. Mas acho que esse quadro varia entre os países e acho que a nossa discussão ainda se encontra em atraso. Talvez, porque a vida das mulheres no exterior seja muito mais dura no sentido de ter família e carreira combinadas, sem dispor de assistência da família, sem empregadas... São muito mais guerreiras desse ponto de vista. Acho que é um território muito minado ainda e porque se conta, também, com o auxílio das mulheres. Vitimização é algo que vejo como fator de enfraquecimento. Para começar, é mentira. Claro que teve quem me barrasse ou pessoas que ignoravam o que eu falava por eu ser mulher, mas, no fundo, a dificuldade consiste em situar e localizar seus interlocutores verdadeiros e ignorar quem se recusa a ser ou mudar de time. Ouvi isso de uma pesquisadora física da Nasa que havia rompido o "teto de vidro" lá dentro. Disse que gosta de trabalhar e a partir daí...

SR: *E se você tem uma personalidade capaz de ser assertiva quando é necessário...*

LS: Sim, faz toda a diferença. A verdade é que recebi apoio. Quer dizer, eu diria que recebi mais apoio de homens. Para a ABCP e na Ipsa foi visível, como mencionei já. Mas há que ficar atenta, porque teve quem quisesse atirar uma mulher contra a outra, há essa estratégia e se você cair nessa armadilha de concorrer uma com a outra... É um campo minado, ainda, também porque as mulheres ajudam nesse sentido. Não quero ser injusta, hoje em dia as oportunidades não são tão boas e nessa os homens estão disputando também de uma forma mais feroz. Não posso falar do mercado nos últimos anos, porque estou vendo que pessoas sob a minha orientação e que fazem parte do meu grupo vêm enfrentando dificuldades e tem tanto mais dificuldade, quanto melhor a formação. Não quero ser injusta, porque os meninos estão sofrendo também. Com relação à questão das cotas, é muito complicado... Você aceitaria ser laranja de um político?!

SRA: *Não.*

LS: É a tal história, o problema é não deixar que sua ambição, legítima, entre em conluio tácito com quem quer explorá-la de maneira perversa. Mas há o hábito, também, que, no Brasil, somos formadas para sermos extremamente sedutoras. O medo de ser agressiva é algo muito brasileiro, parte da cultura latina, talvez. As italianas já estão mais à vontade, as espanholas também, embora o machismo na Espanha tenha sido muito pior que o nosso, por isso mesmo elas brigaram muito mais. Lá existe o 50% (passou de 40 a 50%) na proporção de candidatas. Na transição para a democracia, como parte do movimento "La Movida" surgiram muitas mulheres especiais e escritoras muito boas. Tem alguma coisa a ver com o sistema partidário e a forma da transição. O governo

Felipe Gonzalez deu novo impulso e consolidou a tendência. Isso eu conversei longamente com o ex-ministro da Defesa, Sierra (que foi ministro no governo socialista de Felipe Gonzalez). Segundo ele, o mais difícil foi convencer os sindicatos a aceitarem o apoio à cota inicial de 40% no Partido Socialista (PSOE). Mas depois, os sindicalistas perceberam que isso mudou a cara da democracia e também deu nova vida ao movimento sindical. Acho que tem muito a ver com a importância dos partidos, que emergiram da experiência franquista. Não há chance de ter laranjas mulheres, porque a disciplina partidária opera nesse quesito. Isso de mulheres laranjas tem a ver com o nosso atraso. O problema não é nem esquerda, nem direita. Desse ponto de vista, fico com a frase famosa do Sérgio Buarque de Holanda que, em uma banca de tese de doutoramento com o Fernando Henrique presente, disse: "não meu filho, não é esquerda nem direita, é atraso mesmo!". É atraso. Acho que o nosso atraso é visível na proporção do feminicídio – na Espanha há, mas não nessa escala crescente ou recrudescente, porque a punição é muito mais dura. E não é só isso, as mulheres realmente se articularam e a vida profissional do homem fica impossível. Tem alguma coisa a ver com aprendizagem democrática, afinal a Espanha é uma democracia comparativamente jovem. Lembro que estava dando curso na Espanha e verifiquei estarrecida que o PP, partido ex-franquista, profundamente conservador e, em maioria, indicou uma mulher para Presidência da Câmara e do Senado. Fiquei realmente impressionada com o avanço das mulheres de direita! A direita franquista é conservadora, mas sabe fazer cálculo eleitoral: se seu adversário conquistou voto das mulheres graças aos 50%, o partido vai procurar competir nos mesmos termos. Era conveniente se apropriar desse símbolo.

SRA: *Tem uma pergunta de finalização. Você enfrentou situações difíceis no campo profissional justamente por ser mulher?*

LS: Sim, óbvio, isso é óbvio. Independentemente da sensibilidade, é possível notar vários tipos de desrespeito. Um que consiste em *bullying*, não necessariamente assédio sexual, mas a cobrança constante de certa *performance* ou desempenho irrealistas, isso enfrentei pelo lado do mercado. Por exemplo, alguém importante, sabendo que eu era cientista política, me perguntar algo que demandaria um conhecimento muito mais profundo, do ponto de vista técnico, das formas de operação do mercado financeiro. Era *bullying*. Primeiramente, ignorei, não dei resposta para não dar espaço. Mas outros, veja bem, alguns homens responderam por mim, porque sacaram. Sem querer, você acaba por forjar aliados pelo lado da honestidade intelectual. Então, sim, enfrentei e acho que continuo a enfrentar. Hoje menos, acho que a presença de mulheres de outras gerações nessa área é um bom sintoma dos avanços. Já tive mais projeto acadêmico recusado por razões político-ideológicas do que por machismo, mas contestei o resultado em lugar de desistir, que seria a norma. Nossa comunidade está crispada mais por isso. Claro que me prejudicou, pois coincidiu justamente com a época em que fui eleita para Presidência da Ipsa, e, por um ano quase, tive de participar das reuniões bianuais, contando apenas com os recursos como pesquisadora do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Veja o absurdo: tinha sido eleita Presidente da Associação Internacional e, ao mesmo tempo, a recusa do projeto por parecerista da Fapesp.

SRA: *Você acha que mulheres enfrentam maiores dificuldades de financiamento do que os homens? Ou acha que este foi um episódio isolado na sua trajetória?*

LS: Para ser honesta, acho que é difícil de responder, porque não tive nenhuma dificuldade com as instituições públicas brasileiras em geral. Sou bolsista de produtividade "A" no CNPq, não tive dificuldade em renovar a bolsa antes mesmo de ser presidente da Ipsa, então não posso generalizar. Há algo que esqueci de dizer em relação à minha área: de olho no IRI [Instituto de Relações Internacionais] da USP vejo pessoas com pesquisas afins à minha agenda florescendo. A verdade é

que a vantagem consiste em que contamos com recursos públicos e agências financiadoras de pesquisa foram estruturadas de forma a incentivar o uso de critérios meritocráticos no processo de avaliação. Por isso sou – como sempre fui – uma defensora da escola pública. Enquanto houver pareceristas que conhecem o seu currículo, eles têm de ser muito desonestos, muito autoritários, muito ressentidos, muito ideológicos, sobretudo, porque os pares nos controlamos reciprocamente. Acho que existe uma lindíssima geração de mulheres na Economia que sabem se valorizar, que romperam o teto de vidro, são chefes tanto na esfera pública, como no setor privado. Há uma transformação, mas bem mais lenta na nossa área, não vou negar. Mas tem o lado da autodiscriminação – e não só de discriminação. Você não vai brigar nos espaços em que sabe que vai receber um não, a menos que tenha proteção: um irmão ou marido famoso – isso ajuda e elas sabem usar.

SRA: *Cobrimos todas as questões. Tem alguma coisa que você gostaria de acrescentar?*

LS: Acho que não há algo mais que possa dizer para ajudar vocês a refletirem a nossa condição. É sair do atraso. É sair desse atraso de vitimização.

SRA: *Você falou na primeira parte de auto...*

LS: Autopiedade?

SRA: *Não. Você falou que quando começaram a pensar no seu nome para a Ipsa te advertiram que não era para você se autorretirar, porque os homens não recusam cargos. Nós temos uma... Vejo esse receio em mim e em várias amigas.*

LS: Os homens simplesmente ambicionam.

SRA: *Eles têm muita facilidade de se apropriar das coisas.*

LS: Mais do que isso, de se colocar. Aí é um *déficit* da nossa educação não somente de casa, mas profissional também. Por conta da concorrência profissional, os alunos de Ciência Política nas escolas de ponta nos Estados Unidos aprendem a se colocar diante de entrevistadores quando se candidatam para carreiras, seja acadêmica, ou pública, bem como no setor privado. Vi isso várias vezes e me dei conta de que nunca tinha pensado em "treinar" uma aluna ou um aluno para enfrentar uma situação dessas. Uma colega americana, ao contrário, teve que passar por maus bocados e por isso ela incluía na formação dos alunos esse tipo de item, porque a disputa por emprego nos Estados Unidos é muito dura. O problema não é se apropriar, é saber se colocar para ser percebida. Se não quiserem perceber, então... Mudar de turma. Lembro isso. As primeiras cientistas sociais bem-sucedidas da minha geração em São Paulo foram para a área de publicidade. As grandes musas da publicidade vieram da USP. Boa parte delas das Ciências Sociais: Clarice Herzog, Fátima Jordão, Eugenia Paesani. Elas ganhavam muito bem mesmo! Souberam aproveitar a brecha e foram uma atrás da outra. E eram muito solidárias: criaram redes, se encontravam todos os meses, conversavam e divulgavam oportunidades em um mundo não só machista, mas onde circulava muito dinheiro. Elas aprenderam! Aprenderam, provavelmente, *in the hard way*, com muita dificuldade. O simples fato de ir para a publicidade, que era um campo novo, mostra a audácia delas. Para generalizar a condição de mulher, acho que tem outra coisa brasileira que é muito bonita, além da publicidade. As jornalistas. Não diz respeito propriamente à Ciência Política é que, por conta da mudança da capital para Brasília, muitos profissionais homens não se transferiram para lá. Muitos jornalistas famosos que estavam no Rio ou São Paulo recusaram a oportunidade de ir para a nova capital. Se você olhar para uma boa parcela de jornalistas mulheres bem-sucedidas, há toda uma

geração de mulheres que abriram a brecha por aí. Acho que os homens conseguem localizar melhor os espaços de oportunidade, mas também abrem espaço com mais vontade para os demais que estão no andar debaixo. Aprendi com um colega francês: "uma vez no andar de cima, os homens apertam o botão para o elevador descer, de olho em quem está no andar debaixo". É um gesto quase automático. Mas esse tipo de solidariedade prevalece entre homens e tem de ser multiplicada entre mulheres. Essas mulheres da publicidade que eu citei fizeram isso, do jornalismo eu não sei. Não é que não possamos encontrar bons exemplos na Ciência Política, mas é na área mista que encontro mais mulheres com as quais posso ter mais diálogo, por exemplo, com jornalistas de Economia e de Política. Elas não se deixaram condicionar, começaram como repórteres, mas não importa. Deve ter sido uma vida muito dura nos primeiros anos de Brasília.

SRA: *Sim. Acho que Brasília é muito dura com as mulheres.*

LS: Queria dizer mais duas informações relevantes que lembrei. Em 1984 ou em torno disso, participei do Conselho da Condição Feminina, criado por Franco Montoro – um dos episódios relevantes da transição em São Paulo. Nem todas éramos paulistas: criamos a primeira Delegacia da Mulher e isso foi, sem dúvida, um ponto de virada e uma grande experiência. A outra experiência marcante foi ter integrado a primeira Comissão de Ética Pública da Presidência criada no governo FHC, e em atividade até hoje. E, sob a liderança de Piquet-Carneiro, analisamos os regimentos relevantes: Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia, Inglaterra, Austrália. Contribuí, portanto, para a redação do texto original, a par dos demais membros.

SRA: *Obrigada. Está ótimo. Excelente.*